

INVENTÁRIO PARTICIPATIVO ENQUANTO FERRAMENTA VIÁVEL PARA A REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO EM MUSEUS COMUNITÁRIOS

Mateus da Silva Reis, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0003-1522-3656>

Mariângela Spotti Lopes Fujita, Universidade Estadual Paulista (Unesp), <https://orcid.org/0000-0002-8239-7114>

Deise Maria Antonio Sabbag, Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade de São Paulo – Ribeirão Preto (USP-RP), <https://orcid.org/0000-0001-6392-4719>

RESUMO

Procura discutir as propriedades do Inventário Participativo para o empoderamento de comunidades, e as possibilidades de aproximação com a interface do tratamento informacional. Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, e utiliza como abordagem metodológica a observação direta e a revisão de conceitos em Gomes (2012), Nito e Scifoni (2017), Repep (2019), Bittencourt (2020). Como resultados, notou-se que os Inventários Participativos se elevam como importantes ferramentas representativas. Em seu corpo, as informações não se resumem somente aos dados descritivos do espaço, mas integram todas as relações socioculturais e significados que uma comunidade possui. Por fim, também foi proposta a discussão de espaços e objetos museológicos não convencionais, a partir da identificação de locais e relacionamentos cotidianos que carregam majoritariamente o cerne cultural de um determinado grupo social.

Palavras-Chave: Inventário Participativo; Museus Comunitários; Representação da Informação.

EL INVENTARIO PARTICIPATIVO COMO HERRAMIENTA VIABLE PARA LA REPRESENTACIÓN DE LA INFORMACIÓN EN LOS MUSEOS COMUNITARIOS

RESUMEN

Se trata de discutir las propiedades del Inventario Participativo para el empoderamiento de las comunidades, y las posibilidades de acercamiento con la interfaz de tratamiento informativo. Esta es una investigación de carácter bibliográfico, y utiliza como enfoque metodológico la observación directa y la revisión de conceptos en Gomes (2012), Nito y Scifoni (2017), Repep (2019), Bittencourt (2020). Como resultados, se observó que los inventarios participativos se alzan como importantes herramientas representativas. En su cuerpo, la información no se limita a los datos descriptivos del espacio, sino que integra todas las relaciones y significados socioculturales que tiene una comunidad. Por último, también se propuso un debate sobre los espacios y objetos museísticos no convencionales, basado en la identificación de los lugares y las relaciones cotidianas que, en su mayoría, son portadores del núcleo cultural de un determinado grupo social.

Palabras-Clave: Inventario Participativo; Museos Comunitarios; Representación de la Información.

PARTICIPATORY INVENTORY AS A VIABLE TOOL FOR INFORMATION REPRESENTATION IN COMMUNITY MUSEUMS

ABSTRACT

It seeks to discuss the properties of the Participatory Inventory for the empowerment of communities, and the possibilities of approaching it with the interface of informational treatment. This is research of bibliographic nature and uses as methodological approach the direct observation and the review of concepts in Gomes (2012), Nito and Scifoni (2017), Repep (2019), Bittencourt (2020). As results, it was noted that Participatory Inventories rise as important representative tools. In its body, the information is not only limited to the descriptive data of the space but integrates all the sociocultural relations and meanings that a community has. Finally, the discussion of non-conventional museum spaces and objects was also proposed, based on the identification of everyday places and relationships that carry the cultural core of a certain social group.

Keywords: Participatory Inventory; Community Museums; Information Representation.

1 INTRODUÇÃO

Museus comunitários têm por finalidade elencar as narrativas de espaços, indivíduos e memórias constantemente marginalizadas por um modelo de pesquisa histórico-cultural tradicional. No contexto brasileiro, este mesmo modelo descende de saberes e visões de mundo eurocêntricas, nas quais delineiam o lugar museu como um ser irreparável, congelado, que celebra a história de grupos elitizados, excluindo o protagonismo de personas indígenas, quilombolas, ribeirinhas, etc.

A construção do ideal de museu comunitário surge muito antes da teoria que o discute. Partindo de uma premissa inconsciente em que experiência museológica reside no interior do indivíduo, composta por um conjunto de subjetividades que exaltam a específica relação do humano com o real – e envolvida em condições socioculturais e sentimentais –, diversas comunidades buscaram construir espaços que representassem suas características, conquistas e medos (Soares, 2012).

Com a delimitação destes espaços museológicos, a necessidade de difundir os elementos narrativos-representativos tornou-se evidente. Entre os métodos, destacaram-se a formulação de exposições e instrumentos de pesquisa elaborados pelo próprio grupo constituinte, detentor de seus hábitos e seus

conhecimentos. Nesse contexto, o Inventário Participativo (IP) surge como ferramenta que permite sintetizar a complexa rede de conceitos de saberes que percorrem a imaterialidade e materialidade, através de terminologias que realçam a temática de memórias e objetos de uma coletividade. Entretanto, mesmo abordando os itens da representação informacional, o IP ainda se distancia do bojo teórico do conhecimento organizado, assim como da realidade dos museus tradicionais. Com isso, a inquietação deste estudo surge a partir da seguinte interrogativa: De que forma o Inventário Participativo eleva a interface cultural de minorias sociais e como a ferramenta se aproxima e colabora para o avanço da representação da informação?

A presente pesquisa procura discutir as propriedades do Inventário Participativo para o empoderamento de comunidades, e as possibilidades de aproximação com a interface do tratamento informacional. Como objetivos específicos, buscam-se: a) delinear o conceito de Inventário Participativo, através de levantamento bibliográfico; b) identificar o uso dos IP's em museus comunitários, mediante a análise de estudos de caso; c) pontuar as características dos IP's (pós análise) e extrair as potencialidades do núcleo informacional para o empoderamento das comunidades abordadas.

2 MUSEUS COMUNITÁRIOS E INVENTÁRIOS PARTICIPATIVOS

O conceito de museu comunitário surgiu no escopo da prematura Museologia Social, partindo da observação de espaços coletivos elaborados por grupos sociais que, em grande parte, não se viam representados em instituições culturais tradicionais. Estes lugares abrigam itens patrimoniais que contêm a essência viva dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento local e abrigando a memória no cotidiano. Neste cenário, o que deve ser preservado é o que está em uso. A memória é o agora, e o objeto carrega o agora nas diferentes relações do lugar de memória e do espaço museológico (Varine, 2012).

Este “agora” está refletido nos costumes e tradições da coletividade, nos quais são reconhecidos em objetos e narrativas que os empoderam. Seguindo a premissa, para a compreensão e pesquisa dos costumes, foram necessárias ferramentas etnográficas que ressaltassem o cotidiano e a identidade da comunidade. Com isso, o Inventário Participativo é elevado como um elemento dos estudos acerca do Patrimônio Cultural, articulando-se como o instrumento de ação educativa e patrimonial, reunindo referências culturais e definindo-se como um “conjunto de objetos, práticas e lugares aos quais os grupos sociais atribuem sentidos ligados à suas identidades, ação e memória” (Nito & Scifoni, 2017, p. 40).

Para Silva (2020, p. 209), o ponto central dos IP's é a comunidade e a sua ligação ao patrimônio, na qual definirá o que lhe representa. Para além, a identificação de suas próprias memórias corresponde ao exercício de sua participação social, contribuindo com a otimização da “preservação e da valorização do patrimônio e suas referências culturais brasileiras”.

A comunidade detentora destes espaços e patrimônios é protagonista no processo de descrição, análise, representação e classificação, delimitando subsídios mediante a uma capacitação dos indivíduos para a

construção de instrumentos de pesquisa, como terminologias, linguagens documentárias, fichas de descrição, etc. (IPHAN, 2016).

Visando como atividade finalística a representação de informações contidas na memória coletiva, o ponto de início é marcado pela atividade pedagógica que estimula a participação social dos habitantes de um território (Florêncio & Biondo, 2017). A tarefa é simples, apenas é solicitado aos indivíduos que pontuem suas maiores estimas, que estes as documentem, fotografem e conceituem em seu sentido próprio.

A aproximação dos personagens sociais junto a estas atividades proporciona o aprofundamento da tematicidade, anteriormente definida através de pesquisadores fora da realidade, e garantindo “o empoderamento e a autonomia dos detentores em ações de sustentabilidade e salvaguarda do bem nos termos do que a comunidade pode almejar” (Cunha, 2018, p. 73).

Para a construção do Inventário Participativo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) publicou, em 2016, as diretrizes voltadas à coleta de dados das referências culturais comunitárias. Com isso, delimitaram-se em fichas de inventário as temáticas de “Lugares”, “Objetos”, “Celebrações”, “Formas de Expressão” e “Saberes”. As categorias propostas possibilitaram a identificação de agentes envolvidos na produção de atividades culturais, simbologias, expressões orais e formas de transmissão de saber.

Com a formulação da ferramenta, os museus comunitários encontram um caminho viável para o tratamento informacional que se adequa a sua realidade. Do mesmo modo, os IP's abrem margem para uma possível extensão e compreensão do tratamento informacional em redes comunitárias, onde o conteúdo e o

conceito são apresentados pelos próprios indivíduos que os possuem.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza bibliográfica, e utiliza como abordagem metodológica a observação direta e a revisão de conceitos. Para o desenvolvimento da discussão proposta, traçaram-se como percursos metodológicos: a) a revisão dos estudos de caso de Gomes (2012), Nito e Scifoni (2017), Repep (2019), Bittencourt (2020), pautados no

4 RESULTADOS

A tarefa em representar objetos museológicos em terminologias para a recuperação da informação torna-se um desafio quando nos deparamos à pluralidade de significações que um item pode conter. Por muitas vezes, a significação atribuída ao objeto não está sincronizada, em primeiro momento, junto a percepção e interpretação no procedimento de descrição e indexação do assunto. Em outras palavras, um artefato, com o significado específico e de teor ritualístico, não é interpretado e representado em sua verdadeira classe.

Entende-se aqui que o indexador, no contexto museológico, não recorre a estrutura textual do objeto/documento para construir representações, pois a mesma é inviável nesse cenário. O único material para percepção é o objeto cru, em sua total forma, dependente da interpretação e conhecimento do responsável. Dessa maneira, o desafio aqui citado tem como problemática central a premissa de que se, em algum momento, não conseguirmos gerar conclusões sobre um objeto (quanto ao seu conteúdo, ou até mesmo à sua forma), como iremos representá-lo?

Na esfera dos museus comunitários, a problemática se torna mais evidente, visto o nível pessoal e afetivo contido nos objetos, elevando os itens a pontos que contribuem para a constante do patrimônio sociocultural.

processo de criação, uso e divulgação do Inventário Participativo em seu contexto próprio; b) o delineando das principais funções dos IP's aplicados nos espaços museológicos em questão; c) a construção de breves pontos relacionais junto à esfera do tratamento informacional.

Entretanto, em meio à necessidade de representar a informação, a própria demanda social elaborou um instrumento que permitisse tal ação e que fosse periodicamente aprimorado, o Inventário Participativo.

Quando discutimos os Inventários Participativos, pontuamos como principal item formativo a interface da memória.

A memória é vívida no cotidiano, se instala nos diferentes processos socioculturais in-conscientes, no núcleo dos saberes e fazeres coletivos, assim como nas ritualizações individuais. Pierre Nora (1984) observa o fenômeno da memória sob a ótica do contínuo, sendo indetectável na intenção de preservação e deixando vestígios para a compreensão da história. A memória reside no subjetivo, nos espaços de comunidades que representam em totalidade o cerne do grupo, locais estes transformados por sua funcionalidade, seu simbolismo e sua materialidade.

Nesse sentido, devemos observar que processos, valores e objetos que compõem uma esfera museológica podem ser configurados em espaços ditos comuns, sob a luz do imperceptível, nos quais grupos e indivíduos os utilizam e os transformam a partir das demandas que residem no presente. Ou seja, espaços e objetos museológicos não se encontram em totalidade em prédios históricos

ou museus tradicionais, mas sim em locais funcionais que carregam valores museais sustentados pela memória viva. Ruas, casas, quartos, terreiros e feiras são espaços museológicos, seus acervos são compostos por memórias contínuas construídas e destruídas quantas vezes necessárias para a existência, e seus objetos são seus componentes.

A memória contínua, composta por hábitos, saberes, gírias e terminologias reflete em toda a realidade presente, sendo ligeiramente identificada nas narrativas e objetos de uma comunidade. Desta maneira, iniciamos esta conversa com foco na pesquisa de Gomes (2012), que versa sobre a criação e os processos técnicos do Museu Indígena dos Kanindé, da aldeia Fernandes, em Aratuba (CE). No contexto, o museu é composto por objetos coletados pelos próprios habitantes, os quais interpretaram como itens representativos ou itens de descarte.

Com intuito de classificar os objetos, a comunidade, encabeçada pelo Cacique Sotero, e demais pesquisadores, iniciaram o processo de descrição e leitura dos objetos reunidos no espaço museológico. Para compreender as estratégias metacognitivas, foram observados os diálogos diários dos indivíduos mais antigos, onde Gomes (2012, p. 107) aponta que fora montado um “mosaico caleidoscópico de representações, um mutante quebra-cabeça no qual analisamos a metamorfose de significações simbólicas dos objetos”.

Aqui entendemos o fator vivência para a compreensão do entrelaçamento do passado com o presente. No Museu dos Kanindé, o método para a representação informacional dos objetos e memórias foi a coleta e inventariação da oralidade e visões singulares, ressaltando a experiência indígena como ponto de início do fluxo de significados da realidade. Simplificando a complexidade, o Inventário Participativo dos Kanindé sintetiza a relação do indivíduo com o seu local através de termos únicos, os quais não são encontrados em padronizações ou vocabulários controlados publicados.

Indo ao contexto urbanizado, o Inventário Participativo do Minhocão (SP), apresentado na pesquisa de Nito e Scifoni (2017), pontua as principais manifestações culturais do território, atuando como forma de resistência às políticas de silenciamento. No processo, foram levantados o desenvolvimento social do território, o assentamento de moradores, os empreendimentos mobiliários, os festivais e blocos de rua, os associativismos, etc.

Em nosso estudo, voltamos o olhar para duas formas de expressão no inventário, a Performance Drag, importante meio para compreender o cotidiano, felicidades e dores do grupo social; e o grafismo urbano, elevado no IP como a representação da realidade dos habitantes do Minhocão (REPEP, 2019).

Aqui, a manifestação artística reside na memória contínua, produzindo sentidos e objetos de valor, como indumentárias, acessórios e tintas. Esta manifestação define a tematicidade captada no Inventário Participativo em desenvolvimento, no qual se apresenta como um importante instrumento para a luta e resistência social. A informação representada não só carrega as propriedades descritivas do espaço museológico e comunitário, mas também garante a difusão das vozes e perspectivas dos habitantes.

No ensejo, o trabalho de Bittencourt (2020) apresenta uma proposta de representação informacional das expressões do Auto do Círio, tradicional manifestação que compõe as festividades do Círio de Nazaré, em Belém (PA). A autora propõe a coleta de testemunhos orais e significados dos participantes como fontes de informação, sintetizando em vocabulários utilizados na realidade do Auto.

Na referente pesquisa, buscou-se coletar testemunhos dos participantes da manifestação, identificando os pontos e estruturas essenciais para a constante do evento. No processo, notou-se a existência de vocabulários utilizados como referências para

cada ato do espetáculo, bem como as palavras-chave que representavam o cortejo em sua totalidade.

Em análise dos exemplos citados, nota-se que a iniciativa do tratamento informacional utilizado para a construção dos inventários participativos não parte de um indexador, museólogo ou documentalista. Estes possuem um grau de importância que se refere à orientação solicitada pelo grupo social, mas não protagonizam o desenvolvimento do instrumento de pesquisa ou de qualquer outra ferramenta. Neste cenário, a análise e síntese, o reconhecimento e atribuição do conceito, e a tradução para a linguagem do domínio têm início na vontade da comunidade e suas perspectivas sobre a realidade.

Neste ambiente, o tratamento informacional mantém o objetivo de

5 CONSIDERAÇÕES

Os Inventários Participativos elevam-se como importantes ferramentas representativas. Em seu corpo, as informações não se resumem somente aos dados descritivos do espaço, mas integram todas as relações socioculturais e significados que uma comunidade possui.

O presente trabalho tenta investigar as propriedades dos IP's enquanto instrumentos de empoderamento e manifestação presentes nos espaços museológicos não convencionais. Como observado, notou-se que a ferramenta alcança a necessidade de difusão em seu próprio grupo e em grupos externos, na qual colabora para o desenvolvimento de outros produtos.

Como consideração, a discussão apresentada refere-se a um nível inicial da aproximação teórica entre Inventário Participativo, podendo posteriormente ser expandida em novos caminhos de investigação da ferramenta em diversos contextos socioculturais. Destaca-se que os IP's ainda estão em contínuo aprimoramento, requerendo

organização e representação da informação dos objetos e narrativas de um grupo social. No entanto, para além, o mesmo tratamento se classifica como um poderoso aliado para o fortalecimento das lutas sociais, onde, a partir de instrumentos como o Inventário Participativo, alavanca as vozes e reivindicações das comunidades marginalizadas.

Os IP's contribuem para o entendimento do conceito e domínio de um grupo, onde estes elaboraram estratégias para a classificação de suas memórias e itens, partindo de uma temática específica. As estratégias não seguem manuais ou padrões, entretanto, executam a construção da estrutura de uma forma eficiente e coesa na visão do próprio grupo.

olhares e experiências de campos que possam complementar a efetividade dos instrumentos.

Enquanto resolução para a problemática abordada no início deste estudo, os resultados apresentados destacaram que os Inventários Participativos elevam a interface cultural de minorias sociais, a partir da representação informacional de vocabulários, objetos, memórias e narrativas exaltadas pelo próprio grupo. Ou seja, é uma ferramenta criada pela comunidade e utilizada em prol da mesma. Com isso, foi possível observar que os IP's põem em protagonismo as manifestações socioculturais, como as apresentadas no Minhocão (SP) e no Auto do Círio (PA), fugindo dos espaços normativos e instituições museológicas tradicionais.

Para além, a estrutura e processo para a formulação dos IP's também podem colaborar para o avanço da Representação da Informação, focando especificamente nos agentes sociais que definem o que os representa em sua totalidade, entregando à comunidade a livre escolha de definir seus conceitos e seu próprio

domínio. A possibilidade de autonomia do usuário para formulação de suas estratégias de busca se fortalece, bem como a construção de seus instrumentos de pesquisa. Podemos notar no estudo de caso do Museu dos Kanindé (CE) que o Inventário Participativo foi construído através da metacognição de uma coletividade, baseada na interface da memória, onde foi possível avançar na descrição e classificação dos objetos do espaço.

A proposta também buscou integrar o campo de discussão de espaços e objetos

museológicos não convencionais, a partir da identificação de locais e relacionamentos cotidianos que carregam majoritariamente o cerne cultural de uma determinada comunidade. Em consonância com os objetivos delineados, o estudo pincelou o conceito de IP's na teoria e prática, através dos estudos de casos apresentados, realçando as características essenciais para a sua funcionalidade e para seu status de ferramenta para o empoderamento coletivo.

REFERÊNCIAS

- Bittencourt, N. M. B. (2020). O fluxo e a representação da informação no inventário de referências culturais: o caso do Auto do Círio e o registro do Círio como Patrimônio Cultural Imaterial em Belém/PA [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará].
- Cunha, J. D. M. (2018). Participação social na política de patrimônio imaterial do Iphan: análise de diretrizes, limites e possibilidades. *Revista CPC*, 13(25), 60-85. <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v0i25p60-85>.
- Florêncio, S. R. R. (2016). Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
- Florêncio, S. R. R. & Biondo, F. G. (2017). Inventários Participativos como Instrumentos de Educação Patrimonial e Participação Social. In L. Amaral & C. Rocha (Eds.), *Patrimônios Possíveis: Arte, Rede e Narrativas da Memória em Contexto Iberoamericano* (pp. 50-57). PublicaCiar.
- Gomes, A. O. (2012). Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Nito, M. K. & Scifoni, S. (2017). O patrimônio contra a gentrificação: a experiência do Inventário Participativo de Referências Culturais do Minhocão. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação do Sesc*, 5, 38-49.
- Nora, P. (1984) *Les lieux de mémoire – I: La République*. Gallimard.
- Repep (2019). Dossiê do Inventário Participativo Minhocão contra gentrificação. Grupo de Trabalho Baixo Centro da Rede Paulista de Educação Patrimonial.
- Silva, E. M. V. (2020). A Importância do Inventário Participativo na Preservação do Patrimônio Cultural. *Revista Discente Ofícios de Clio*, 5 (8), 204.
- Varine, H. (2012). As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Medianiz.